



# Anais da Assembléia

N<sup>o</sup>s 102 e 103

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1<sup>o</sup> Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2<sup>o</sup> Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1<sup>o</sup> Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2<sup>o</sup> Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3<sup>o</sup> Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4<sup>o</sup> Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT .....	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado ERNANI PUDELL
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Fortisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas-J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As dezoito horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenato Neto, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Preis, José Alves, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Carlos Simões, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Hermas Brandão, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Nelson Justus e Rafael Greca de Macedo (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
com a presença de 42 Senhores Deputados.

Projetos a serem votados: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 136/92, 191/92; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 152/92, 166/92, 167/92, 173/92, 187/92, 192/92, 161/92, 005/92, 069/92, 195/92, 188/92 e 193/92 (estes três últimos em 2ª discussão).

Suspendo a Sessão por cinco minutos, a fim de que os Senhores Deputados recebam a Pauta.

**(E suspensa a Sessão).**

Está reaberta a Sessão.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1128, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando inversão da Ordem do Dia, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 50/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, nós vamos registrar o voto contrário da Bancada do PT, por simplesmente ter a súmula como da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 46/92, que autoriza o Poder Executivo a criar Fundo Rotativo nas Escolas Estaduais e nas Delegacias de Polícia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, em função de novamente ter a súmula publicada, votamos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 51/92, que altera o padrão das categorias funcionais de que tratam o anexo I da Lei nº 7.424 de 17.12.80 e o anexo III da Lei nº 9.877 de 23.12.91, conforme específica. SEM PARECER da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela mesma razão, a Bancada do PT vota contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/92, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental

do Paraná - IAP Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Substitutivo Geral da C.C.J.. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL às Emendas n°s 01, 03, 04, 05, 06 e 07. CONTRÁRIO às Emendas n°s 02, 08 e 09 Com EMENDAS da C.C.J..

Em votação as Emendas. Emendas da C.C.J. Aprovadas já em 2ª discussão.

(Lê)

"Art. 8º O patrimônio..."

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

**Aprovada.**

Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei n° 069/92 Já aprovada em 2ª discussão.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

**Aprovada.**

Emenda n° 1. Aprovada em 2ª discussão. (Lê)

"Inclua-se no Art 8º..."

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão

**Aprovado.**

Emenda n° 3. (Lê)

"O Tribunal de Contas..."

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

Emenda n° 4. Deputada Emilia Belinati. Já aprovada em 2ª discussão.

**Aprovada.**

Emenda n° 5. Emilia Belinati. (Lê)

"Coordenar, monitorar..."

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

**Aprovada.**

(Lê Emenda do Deputado Alceu Swarowski. "Executar o monitoramento..")

**Aprovada.**

(Lê Emenda n° 7. do Deputado Alceu Swarowski "Promover o gerenciamento..")

**Aprovada.**

Em votação o Substitutivo, já aprovado em 2ª discussão.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 005/92. de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 003/92, que isenta a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Emenda da Senhora Deputada Emilia Belinati. **Aprovada.**

Projeto: **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça,

que dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de junho de 1992, tem como limite a remuneração prevista no Art. 15 da Lei n° 9.937 de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Emenda do Senhor Deputado Geraldo Car-tário: **Aprovada.**

O SR. PAULO MAIA - Pelas mesmas razões da Sessão anterior, o voto contrário da Bancada do PDT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - E voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

3ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 192/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.

(Lê Emenda n° 1 da C.C.J.). Aprovada já em 2ª discussão.

**Aprovada.**

(Lê Emenda "Fica vedada toda e qualquer vinculação aos vencimentos...").

**Aprovada.**

(Lê Emenda de Plenário: "A revisão do vencimento básico..").

**Aprovada.**

(Lê Emenda n° 7: "A partir de 1º de julho..").

**Aprovada.**

O Projeto irá à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 187/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 1007/92, que reajusta, nos meses de junho e julho de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários ativos e inativos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA Emendas de Plenário com PARECER da C.C.J.

Emenda. **Aprovada.**

Projeto. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 173/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Substitutivo Geral

do Tribunal de Contas com PARECER FAVORÁVEL da C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Emendas de Plenário com PARECER da C.C.J.. Substitutivo Geral do Tribunal de Contas: **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário do PT, por desconhecer o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

(Lê Emenda do Deputado Orlando Pessuti). Já aprovada em 2ª discussão.

**Aprovada.**

(Lê "A revisão de vencimentos básicos de que trata o artigo anterior...").

**Aprovada.**

O Projeto irá à Redação Final.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, o Projeto nº 173 tem uma Emenda que foi aprovada em 2ª discussão e não foi colocada em votação, do Deputado Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda do Deputado Nelson Justus.

**Rejeitada.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. nº 924/92, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Substitutivo Geral do Tribunal de Contas com PARECER FAVORÁVEL da C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Emendas de Plenário com PARECER da C.C.J..

Substitutivo Geral do Tribunal de Contas: **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela mesma razão do anterior, voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emendas aprovadas em 2ª discussão. (Lê)

"Fica suprimido o art. 3º do Projeto de Lei nº 167/92...".

Do Deputado Orlando Pessuti.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

**Aprovada.**

Emenda nº 2 (Lê)

"A revisão do vencimento básico que trata o artigo anterior será feita por lei."

**Aprovada.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. nº 923/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de

Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Substitutivo Geral do Tribunal de Contas com PARECER FAVORÁVEL da C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA Emendas de Plenário com PARECER da C.C.J..

Substitutivo Geral do Tribunal de Contas: **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela mesma razão do anterior, cujo substitutivo não foi publicado em nenhum dos três Projetos, nós votamos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda do Deputado Orlando Pessuti (Lê)

"A revisão do vencimento básico que trata o artigo anterior será feita por lei." **Aprovada.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/92, que dispõe que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito, deverão ser recolhidas ao Departamento de Trânsito - DETRAN, como receita própria da Autarquia. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Emendas de Plenário com PARECER da C.C.J..

Emenda nº 02: **Aprovada.**

Emenda de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha: **Aprovada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 19 aprovam; 19 rejeitam.

O voto de Minerva desta Presidência é com a Emenda. - **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 191/92, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 96, de 25.06.92, em 1ª Discussão).

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, o Projeto nº 191/92, entendemos ser inconstitucional, por isso voto contrário da Bancada do PT.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 136/92, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativo ao exercício financeiro de 1993. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 136/92  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes para a elaboração dos Orçamento Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1993.

#### CAPÍTULO I DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 2º - O montante das despesas dos Orçamentos não poderá ser superior ao das receitas dos mesmos.

Art. 3º - Na Lei Orçamentária para 1993, a discriminação nas despesas dos Orçamentos será apresentada com o seguinte desdobramento:

##### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais  
Juros e Encargos da Dívida  
Outras Despesas Correntes

##### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida  
Outras Despesas de Capital

Art. 4º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as correspondentes fontes de recursos.

Art. 5º - No projeto de lei orçamentária as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes no mês de maio de 1992.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1992.

§ 2º - Os valores de receita e despesas apresentados no Projeto de Lei de Orçamento para 1993 serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de junho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1992, conforme critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 6º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1992, em especial:

I - a consolidação da legislação referente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência estadual; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Art. 7º - As receitas de órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária destinará os recursos remanescentes do Tesouro Geral do Estado, aos Órgãos do Poder Executivo e ao Ministério Público, após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1992;

II - os recursos relativos ao Art. 205 da Constituição Estadual;

III - aos orçamentos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, correspondentes, respectivamente, a 3% (três por cento) e 6% (seis por cento) da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União;

IV - às despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

V - ao pagamento do serviço da dívida pública e Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VI - às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais, aprovados por lei;

VII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e,

VIII - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o caput deste artigo, serão destinados, de acordo com os seguintes limites percentuais:

- Chefia do Poder Executivo .. até 12%  
- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia ..... até 5%  
- Procuradoria Geral do Estado. até 1%  
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral . até 3%

- Administração Geral do Estado -	
Recursos sob Supervisão da SEPL...	até 14%
- Secretaria de Estado da	
Comunicação Social .....	até 2%
- Secretaria de Estado da	
Administração .....	até 10%
- Secretaria de Estado da	
Fazenda .....	até 12%
- Administração Geral do Estado -	
Recursos sob Supervisão da SEFA ..	até 1%
- Secretaria de Estado do	
Trabalho e da Ação Social .....	até 3%
- Secretaria de Estado da	
Cultura .....	até 3%
- Secretaria de Estado da	
Segurança Pública .....	até 20%
- Secretaria de Estado da	
Saúde .....	até 25%
- Secretaria de Estado da	
Justiça e da Cidadania .....	até 8%
- Secretaria de Estado da	
Agricultura e do Abastecimento ...	até 15%
- Secretaria de Estado do	
Desenvolvimento Urbano e do Meio	
Ambiente .....	até 12%
- Secretaria de Estado dos	
Transportes .....	até 30%
- Secretaria Especial para	
Assuntos do Meio Ambiente .....	até 4%
- Secretaria Especial do	
Esporte e do Turismo .....	até 2%
- Secretaria Especial da	
Política Habitacional .....	até 14%
- Ouvidor Geral do Estado ....	até 1%
- Secretário Especial para	
Assuntos externos .....	até 1%
- Ministério Público .....	até 2%

§ 2º - Dos recursos remanescentes de que trata o caput deste artigo serão destinados até 2% (dois por cento) para auxílio à instalação dos novos municípios.

Art. 9º - Fica vedada aos órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

Art. 10 - Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, § 9º, e 192, da Constituição Federal, programações das despesas de caráter administrativo dos Bancos Estaduais e de suas empresas vinculadas integrarão o Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 11 - Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser indicadas emendas que:

I - não sejam compatíveis com as disposições do § 3º, do Art. 134, da Constituição Estadual;

II - transfiram recursos próprios das entidades referidas nos Capítulos III e IV.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária conterá dispositivos autorizatórios para centralização de recursos do Tesouro Geral do Estado na Secretaria de Estado da Administração, destinados à aquisição centralizada de materiais de consumo e permanente, a execução centralizada de materiais de consumo e permanente, a execução centralizada de reparos e obras, bem como, ao pagamento de despesas com energia elétrica (Companhia Paranaense de Energia - COPEL), água e esgoto (Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR), e de serviços de processamento de dados (Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR).

Art. 13 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações registradas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

## CAPÍTULO II

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL

Art. 14 - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual. Tais receitas e despesas estão estimadas preliminarmente em torno de Cr\$ 7,2 trilhões, a preços de maio de 1992.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as cotas de receitas a serem transferidas para as autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Assembleia Legislativa e não excederá a três por cento (3%) da receita geral do Estado, excluída das operações de crédito e participações nas transferências da União, conforme preceitua o art. 138, da Constituição Estadual.

Art. 15 - A fixação das despesas com pessoal e encargos sociais obedecerá o disposto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal e da Estadual, respectivamente.

Art. 16 - As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, fixando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 17 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser pro-

gramados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartida de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 18 - O Projeto de Lei Orçamentária conterá previsão dos recursos necessários para cumprimento do disposto no art. 137, parágrafo único, da Constituição Estadual.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 19 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.

Art. 20 - O Poder Executivo, mediante Mensagem, proporá a inclusão na Lei Orçamentária, de dispositivos necessários à execução dos Fundos criados por lei no decorrer do ano de 1992.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Art. 21 - O Orçamento de investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

Art. 22 - O Orçamento de Investimento integrará a Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista para o exercício de 1993.

### CAPÍTULO V DAS PRIORIDADES DOS ORÇAMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 1993

Art. 23 - As principais ações que constarão dos Orçamentos do exercício de 1993, são as a seguir relacionadas, segundo as respectivas funções de Governo:

#### LEGISLATIVA

- Aprimoramento do processo legislativo para apreciar matérias de competência do Estado;

- Aprimoramento dos métodos de fiscalização orçamentária financeira do Estado e Municípios.

#### JUDICIÁRIA

- Defesa dos interesses do setor público e fiscalização permanente da legalidade e constitucionalidade dos atos da administração pública;

- Aperfeiçoamento e ampliação da estrutura judiciária da Capital e Interior do Estado;

- Aprimoramento do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude em cumprimento ao Estatuto da Criança;

- Defesa do interesse público no processo judiciário e na proteção do regime democrático;

- Continuidade aos procedimentos necessários à construção do Fórum de Curitiba;

- Assistência jurídica gratuita à população, com ênfase à parcela mais carente, para garantir a defesa de seus direitos fundamentais;

- Continuidade às ações e programas relativos à proteção, orientação, defesa e educação do consumidor, em articulação com os órgãos municipais e estaduais, para aplicação da Lei de Defesa do Consumidor;

- Ampliação e reaparelhamento do sistema penitenciário do Estado.

#### ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- Coordenação e controle da execução orçamentária e financeira do Estado;

- Acompanhamento físico das ações governamentais;

- Continuidade das ações para implantação do regime jurídico único;

- Ampliação e aperfeiçoamento do sistema fisco-arrecadador do Estado;

- Aperfeiçoamento da informática pública;

- Formação e desenvolvimento de recursos humanos;

- Racionalização administrativa e utilização adequada dos recursos humanos, materiais e financeiros;

- Acompanhamento da evolução da economia e sociedade paranaense e formulação de diagnósticos sócio-econômicos que permitam avaliar o conjunto das políticas públicas estaduais;

- Continuidade às ações de coleta, levantamento e tratamento estatístico de dados e informações, bem como o seu armazenamento no Banco de Dados do Estado;

- Continuidade à centralização de compras e da realização de obras e reparos no Estado.

#### AGRICULTURA

- Continuidade aos programas de crédito aos produtores, como "Equivalência-Produto", "Bom Emprego" e aprimoramento dos rebanhos ovino e bovino do Estado;

- Execução do programa "Manejo e Con-

servação de Solos e Água - PMISA";

- Recuperação da qualidade e da produtividade do parque cafeeiro paranaense através do programa da "Revitalização da Cafeicultura";

- Continuidade ao programa "Produção Animal" com ênfase à inseminação artificial, para melhorar os padrões genéticos e a produção leiteira;

- Fomento à fruticultura, especialmente a de citros, na região Noroeste;

- Continuidade ao programa de Manejo e Conservação de Solos - Paraná Rural - BIRD;

- Recomposição florestal do Estado, através do plantio de florestas com finalidades produtivas, energéticas e ambientais, restauração de matas ciliares, de áreas degradadas e áreas de preservação permanente;

- Manutenção do Programa de Fiscalização Agropecuária;

- Continuidade do programa de "Abastecimento", que visa propiciar acesso a alimentos básicos, notadamente os hortigranjeiros, a nível de atacado e melhorar o padrão alimentar e nutricional das famílias de baixa renda e atuar como regulador de preços dos principais produtos de alimentação;

- Manutenção das atividades de armazenagem;

- Classificação de produtos de origem vegetal e seus subprodutos;

- Continuidade ao programa "Terminais de Calcário".

- Promoção da assistência técnica, da extensão rural e da pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e recursos agropecuários;

- Tratamento prioritário à pesquisa básica e pesquisa tecnológica, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência;

- Continuidade ao programa "Paz na Terra";

- Execução e fiscalização dos levantamentos topográficos e aerofotogramétricos de áreas rurais, implantação do cadastro técnico de imóveis rurais através do "Programa de Cartografia";

- Desenvolvimento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Paraná Rural - BIP;

- Desenvolvimento do projeto Apoio ao Produtor Rural - BIRD - SDR;

- Apoio à formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, concedendo aos que dela se ocupam meios e condições especiais de trabalho.

#### DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- Continuidade às ações dos programas de "Segurança Pública" e "Polícia 24 Ho-

ras";

- Aperfeiçoamento, treinamento e desenvolvimento das Polícias Militar e Civil do Estado;

- Desenvolvimento do programa "Bombeiros Voluntários", que visa educar a população do Estado sobre a preservação de incêndios e acidentes;

- Expansão do SIATE aos demais centros urbanos do Paraná, garantindo o atendimento de emergência à população;

- Readequação administrativa do Departamento de Trânsito - DETRAN.

#### DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Continuidade ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU;

- Operacionalização do "Programa de Apoio aos Municípios - PAM", com ações a serem realizadas em regime de parceria entre o Estado e os Municípios, em empreendimentos de interesse da população;

- Continuidade ao programa de baixa renda, saneamento básico e melhoria do sistema viário (PIRMC);

- Coordenação das ações desenvolvidas no litoral pelos órgãos estaduais, federais e prefeituras locais nos períodos da temporada de verão;

#### EDUCAÇÃO E CULTURA

- Expansão da oferta do ensino fundamental e médio;

- Aperfeiçoamento dos profissionais da área de educação, garantindo a melhoria da qualidade do ensino público de 1º e 2º graus;

- Manutenção e ampliação da rede física do ensino fundamental;

- Oferta de recursos didáticos e suporte pedagógico nos diferentes níveis de educação básica;

- Garantia das condições necessárias ao bom desempenho das atividades relativas à educação especial;

- Desenvolvimento do Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná com vistas a reestruturar a escola pública de 1º grau, em negociação com o BIRD;

- Ampliação da estrutura do ensino público voltado a área do estudo profissionalizante, através do programa Expansão, Melhoria e Inovações no Ensino Médio do Paraná, em fase de negociação com o BID;

- Ampliação da rede física de ensino agrícola;

- Racionalização do sistema de ensino superior garantindo uma revisão dos números de cursos, vagas e turmas;

- Garantia das condições necessárias ao suporte pedagógico do ensino superior com a recuperação e reequipagem de laboratórios e ampliação de acervos bibliográficos;

- Aperfeiçoamento do profissional da



área de educação superior.

- Difusão de programas educativos e da importância do acervo cultural, patrimonial, histórico, artístico e arquitetônico como extensão do processo educacional;
- Apoio a implantação de bibliotecas municipais;
- Estímulo a prática esportiva e ao lazer, com o aproveitamento dos espaços públicos disponíveis;
- Desenvolvimento de atividades nas áreas de esporte-educação, esporte-participação e esporte-rendimento;
- Capacitação de recursos humanos para implementação de novos métodos na área do esporte escolar, popular e de rendimento.

#### ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

- Conclusão da Usina Hidrelétrica de Segredo;
- Desenvolvimento dos projetos para construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias;
- Expansão do sistema elétrico estadual, com ênfase aos programas de eletrificação comunitária e rural;
- Continuidade a identificação de potencialidades minerais do Estado;
- Desenvolvimento de pesquisas de fontes alternativas de insumos minerais para a agricultura;
- Dimensionamento do volume de talco disponível na região Castro - Ponta Grossa e estudos de mercado para sua exploração comercial;
- Continuidade aos projetos de pesquisas visando a descoberta de minerais metálicos e industriais.

#### HABITAÇÃO E URBANISMO

- Continuidade ao programa Habitação Popular - "Casa de Família" através dos projetos Mutirão para atender famílias com renda até 3 salários mínimos, autoconstrução para atender famílias com renda até 5 salários mínimos e "Casa Rural" para atender famílias do meio rural.

#### INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Continuidade ao programa de apoio científico e tecnológico ao setor industrial;
- Apoio à modernização e à expansão da agroindústria paranaense;
- Formulação de políticas integradoras com vistas à diversificação e o fortalecimento do parque industrial paranaense;
- Fortalecimento da estrutura industrial mediante estímulo a investimentos em setores prioritários e difusores de tecnologias avançadas;
- Expansão das atividades turísticas no Estado com a incorporação de áreas po-

tenciais aos polos tradicionais.

#### SAÚDE E SANEAMENTO

- Assistência integral à população, com prestação de serviços de promoção, proteção, recuperação e reabilitação pela rede de saúde pública estadual, integrada à rede municipal;
- Reforço da estrutura de apoio diagnóstico, profilático e terapêutico, buscando a garantia da prestação de serviços relacionados com a produção, armazenamento e distribuição de medicamentos, com a pesquisa e produção de imunobiológicos, com a coleta e distribuição de sangue, com a produção e controle da qualidade de hemoderivados e com a produção de fitoterápicos e exames laboratoriais de apoio diagnóstico;
- Prevenção e controle de doenças de rápida disseminação, bem como das que se encontram em processo de erradicação, mediante fiscalização rigorosa do uso de materiais com risco de contaminação, na qualidade de alimentos, medicamentos, sangue, etc.;
- Execução do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAM para recuperar a qualidade ambiental, melhorar as características físico-químicas e biológicas dos recursos hídricos da bacia do Alto Iguaçu, ampliar a oferta de água potável e de áreas para urbanização, bem como controlar as cheias na região;
- Continuidade ao programa de saneamento rural, mediante o abastecimento de água e a melhoria sanitária;
- Estímulo às ações ambientais visando a qualidade das águas das bacias de mananciais destinadas ao abastecimento público atual e do futuro;
- Continuidade às ações de defesa do meio ambiente através dos programas de Defesa Ambiental do Litoral, MERCOSUL Ambiental, SOS Noroeste e Floresta Atlântica.

#### TRABALHO

- Atendimento às crianças e adolescentes vitimizados, com a implantação de escolas oficinas que visam profissionalizá-los e reintegrá-los à sociedade;
- Apoio a entidades que prestam atendimento à criança e ao adolescente garantindo o seu normal desenvolvimento, à pessoa portadora de deficiência garantindo a sua integração com a vida comunitária, e ao adulto carente garantindo a sua assistência biopsicossocial;
- Apoio e incentivo ao desenvolvimento de trabalhos individuais e associativos visando garantir a subsistência da população não absorvida pelo mercado de trabalho formal;

- Apoio e orientação às atividades comunitárias, visando a participação popular na indicação de alternativas para o desenvolvimento municipal.
- Incentivo e apoio a organização sindical das categorias trabalhadoras.
- Apoio a entidades de caráter social de utilidade pública.

#### TRANSPORTE

- Conservação da rede rodoviária estadual;
- Auxílio técnico e financeiro para conservação e melhoramento da rede rodoviária municipal;
- Continuidade à execução do programa de pavimentação com pedras irregulares;
- Execução de ligações rodoviárias entre regiões de produção agrícola aos eixos viários e núcleos urbanos, inclusive a pavimentação asfáltica em rodovias estaduais;
- Manutenção e conservação do sistema rodoviário estadual com a participação financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID (Programa de Melhoramento Rodoviário - BID IV);
- Melhoramento da infra-estrutura portuária, através da construção do Terminal de Contêineres (TECON), ampliação do corredor de exportação e a construção do terminal de Fertilizantes (TEFER).
- Melhoramento da infra-estrutura aeroportuária, dos principais municípios favorecendo as condições de pouso e decolagem de aeronaves de pequeno e médio porte;
- Continuidade da construção da Ferrovia Paraná Oeste FERROESTE, com a ligação ferroviária de Guarapuava à Cascavel.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 1993

Art. 24. - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscais e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 5º desta lei.

Art. 25. - A Lei Orçamentária conterá os critérios para a correção dos valores dos Orçamentos Fiscais, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. 26. - Na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, não serão discri-

minadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 27. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

Sobre a mesa, requerimento nº 1129, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo mais às 18:50 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL dos Projetos de Lei nºs 152, 166, 167, 173, 187, 192, 161.005 e 069/92.

Levanta-se a sessão.

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As dezoito horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Preis, José Alves, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Carlos Simões, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Hermas Brandão, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Nelson Justus e Rafael Greca de Macedo (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

## ORDEM DO DIA.

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 152/92 - Mensagem nº 037/92, que dispõe que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito, deverão ser recolhidas ao Departamento de Trânsito - DETRAN, como receita própria da Autarquia. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 71, de 27.05.92, Mens.)**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 166/92 - Of. nº 923/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 78, de 04.06.92).**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 167/92 - Of. nº 924/92, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 78, de 04.06.92).**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 173/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 96, de 25.06.92 em 1ª Discussão).**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 187/92, que reajusta, nos meses de junho e julho de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários ativos e inativos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do

Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 90, de 17.06.92).**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 192/92, que dispõe sobre os vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 92, de 22.06.92).**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 161/92, que dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de junho de 1992, tem como limite a remuneração prevista no art. 15 da Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 96, de 25.06.92, em 1ª Discussão).**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 005/92, que isenta a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 03, de 18.02.92, Mensagem).**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 069/92, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 20, de 23.03.92, Mensagem).**

Os demais Projetos foram dispensados da Redação Final.

A Mesa vai solicitar aos representantes da Oposição e do Governo, que fiscalizem a Redação Final, que será encaminhada à sanção possivelmente depois de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, e o período de Sessões Ordinárias da 2ª Sessão Legislativa da 12ª Legislatura, convocando os Senhores Deputados a se reunirem no dia 1º de agosto do corrente ano, à hora regimental, ressalvada a possibilidade de convocação de Sessões Extraordinárias pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ou pela Assembleia Legislativa.

Levanta-se a sessão.